



Entre o asfalto e a mata: agroecologia, luta e resistência no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro

Sashia Cristina dos Santos¹; Melina Meiado Souza²; Patricia Dias Tavares³

¹Graduanda em Agronomia - UFRJ. E-mail: sashiacs@gmail.com; ²Graduanda em Agornomia - UFRJ. E-mail: melinameiado@hotmail.com; ³Engenharia Florestal (UFRJ); Mestra em Ciência do Solo (CPGA- CS- UFRJ); Doutoranda em Ciências Ambientais e Florestais (PPGCAF- UFRJ). E-mail: patricia_floresta@yahoo.com.br.

Resumo: O presente trabalho surgiu através de uma parceria entre professores e estudantes da UFRJ e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), na perspectiva de construir uma parceria para auxiliar nos problemas socioambientais de famílias do Assentamento São Bernardino, localizado no município de Nova Iguaçu - RJ. Através dessa parceria foram construídas junto aos agricultores diversas atividades no intuito de uma melhor compreensão da realidade e coletivamente pensar na resolução desses problemas. Logo, esse trabalho serve de subsídio para entender os principais ativos que influenciam a consolidação da agricultura e, assim, auxiliar no desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Palavras chave: conflitos ambientais; agrobiodiversidade; organização social.

1. Introdução

Essa experiência consiste na construção de uma parceria entre a universidade (UFRJ) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para o estabelecimento de processos educativos, pesquisa e extensão. A relação começou no final do ano de 2015, quando o MPA procurou professores da UFRJ para apresentar demandas, com o intuito de resolver conflitos ambientais vivenciados pelas famílias articuladas nesse movimento. Desse modo, iniciamos a relação na perspectiva de construir uma parceria para auxiliar na solução de problemas socioambientais envolvendo agricultores do Assentamento São Bernardino, localizado na zona rural de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.



O município de Nova Iguaçu situa-se na região da Baixada Fluminense, fazendo parte também da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com dados do IBGE, estima-se que há cerca de 855.500 habitantes. É o maior e mais antigo município da baixada fluminense e também o que possui a maior parte da Floresta Atlântica preservada do estado. Devido à sua localização sempre teve o papel de centro dos negócios e comércios para os municípios vizinhos, tendo sua ocupação territorial submetida aos interesses econômicos do capital do estado (Barbosa, 2008).

Apesar do grande potencial natural, o direcionamento das políticas públicas sempre esteve atrelado aos grandes grupos econômicos, como mostra ainda Barbosa (2008):

Em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense que possui um grande potencial natural, mas cujas políticas públicas historicamente desenvolvidas, em um contexto de ocupação territorial subordinada aos interesses econômicos da capital do estado, provocaram o surgimento de graves problemas socioambientais, levando a um baixo índice de desenvolvimento humano e a uma não identificação da questão ambiental como relevante por considerável parcela da população (Barbosa, 2008, p.4).

Corroborando com esses dados, podemos ainda observar esse atrelamento da orientação política quando recorremos aos Planos Diretores de Nova Iguaçu. O de 1997 considerou todo o município como território urbano, desconsiderando o meio rural e classificando os camponeses como agricultores urbanos. Essa orientação do Plano Diretor se deu em função da maior valorização histórica que obtiveram as atividades urbanas, que foram sempre a priorizadas em detrimento do desenvolvimento do meio rural. A alteração do Plano Diretor acontece apenas em 2008, quando o município foi governado por um prefeito considerado “mais de esquerda” e com o maior diálogo com os movimentos sociais do campo, havendo um reconhecimento das zonas rurais, e mesmo assim, muitas propriedades ainda buscam esse reconhecimento na justiça. Apesar da alteração do plano diretor, em que esse passa a reconhecer a zona rural, ainda não é o suficiente para o desenvolvimento da agricultura local. Isso vai se dar à medida em que a construção dessas políticas tenham como protagonistas os próprios produtores.

Assim como em outras localidades da baixada fluminense, esse município apresenta uma série de conflitos de cunho fundiário e ambiental, que são resultados do processo de consolidação do



território da baixada fluminense. O estado do Rio de Janeiro tem sua história marcada por um esvaziamento do meio rural, através de um processo conhecido como metropolização, que foi impulsionado pela industrialização e especulação imobiliárias, que são marcas do (re) ordenamento territorial do estado (ALENTEJANO, 2005). Esses processos transformaram as relações sociais, políticas econômicas e culturais que se desenvolveram nas zonas rurais do estado ao longo dos anos.

O processo de metropolização gerou uma polarização dos espaços urbanos e rurais, valorizando os espaços urbanos, fomentando a especulação imobiliária e a depreciação do meio rural, levando muitas famílias a migrarem para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem às cidades essas famílias se depararam com a marginalização da pobreza. A partir da década de 1980, observa-se que houve um movimento de retorno dessas famílias para o campo, ocasionando o fortalecimento e surgimento de movimentos sindicais e sociais que possibilitaram a ocupação de grandes propriedades improdutivas. Esse foi um processo que também aconteceu em Nova Iguaçu, onde o processo de metropolização gerou o aumento da especulação imobiliária, onde o capital tentou de todas as formas incorporar a cidade no tecido urbano, desconsiderando as populações existentes no meio rural.

Esses processos refletem até hoje nos problemas sofridos pelas famílias assentadas que ali residem, que além do conflito diário para o reconhecimento do seu território como rural, ainda sofrem com a localização dos assentamentos, que se encontram em áreas que no passado foram totalmente degradadas com a monocultura e concomitantemente faz parte da área de amortecimento de uma unidade de conservação (UC), a REBIO do Tinguá (Reserva Biológica do Tinguá), e por isso possui muitas restrições em relação à agricultura.

No assentamento São Bernardino, as famílias passam por grandes dificuldades para conseguir avançar na agricultura, são grandes os desafios. Isso tem levado a população a se organizar em movimentos sociais para, coletivamente, conseguirem ultrapassar as barreiras que impedem a consolidação da agricultura da região.

O MPA, que existe nacionalmente desde os anos 90, chegou a Nova Iguaçu em 2014, e hoje já organiza 44 famílias camponesas. Essa articulação possibilitou uma maior consciência por parte dos



pequenos agricultores sobre os seus direitos e deveres e assim uma cobrança mais efetiva de políticas públicas aos órgãos responsáveis, além do movimento também trabalhar com o resgate dos valores camponeses, muito importantes para conservar a cultura e aumentar o ânimo para a luta diária pela busca da consolidação da agricultura local.

Com base no exposto, esse relato tem como objetivo descrever as atividades realizadas junto aos agricultores, bem como apresentar as principais reflexões oriundas da percepção da realidade dos agricultores e de que formas a compreensão da realidade contribui para a consolidação da pesquisa e extensão universitária, fundamentadas nos princípios da agroecologia.

2. Descrição e reflexões sobre a experiência

A experiência teve início a partir da articulação de professores e estudantes que estão vinculados a diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ. A proposta de atuação foi consolidada com objetivo de estabelecer um processo onde fosse possível conhecer melhor a realidade das famílias agricultoras junto ao MPA, o que possibilitaria o levantamento de propostas de intervenção que, para além de solucionar os problemas com os órgãos ambientais que ocorrem de forma mais pontual, também pudesse auxiliar na resolução de problemas coletivos e no desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Para isso, iniciamos a experiência fundamentada na consolidação de uma relação de confiança entre as lideranças do MPA e os grupos da UFRRJ, o que foi desenvolvido a partir de reuniões e participação em atividades propostas em ambos os espaços, universidade e a “realidade” dos agricultores. Participam dessa experiência o núcleo de apoio jurídico popular (NAJUP - UFRRJ) e um grupo de estudo composto por estudantes e professores das ciências agrárias. A articulação desses grupos permite uma abordagem interdisciplinar no diálogo com o movimento social.

A partir desse diálogo começamos a destacar possíveis áreas de atuação pautadas nas demandas apresentadas pelo movimento social. Entre elas, buscou-se compreender de forma mais aprofundada as estratégias de uso da biodiversidade na agricultura. A partir desse olhar, pudemos nos aproximar de



outras questões que envolvem o cotidiano das famílias e que influenciam diretamente na manutenção das atividades produtivas. Os principais aspectos apontados pelas famílias agricultoras estão relacionados às instabilidades provocadas pelos conflitos fundiários e ambientais.

O MPA está articulando famílias no território da baixada fluminense, região do estado do Rio de Janeiro marcada pela luta pela terra e, conseqüentemente, conflitos ambientais. A baixada fluminense vivenciou um processo de metropolização, recebendo pessoas de diferentes regiões do estado do Rio, além de outros estados do país, no período em que nosso país vivenciava o crescente processo de industrialização. Nesse sentido, os territórios rurais experimentam uma constante disputa com o espaço urbano, o que caracteriza muitos espaços da região. No município de Nova Iguaçu isso não acontece de forma diferente, a Fazenda São Bernardino, local onde nossa experiência vem sendo desenvolvida, já foi palco de diferentes ciclos de produção e de caráter econômico que a região viveu. Esse local já foi uma importante área de produção de laranja, passando ao loteamento para venda da terra, parte da fazenda foi desapropriada e transformada em assentamento de reforma agrária e hoje vive a realidade de disputa com o espaço urbano em constante expansão.

Além da expansão urbana e especulação imobiliária, o município de nova Iguaçu também abriga uma importante Unidade de Conservação (UC) do estado do Rio de Janeiro, a Reserva Biológica do Tinguá. Logo, grande parte do território rural se encontra na zona de amortecimento dessa UC. Nessa perspectiva, as famílias articuladas junto ao MPA apontaram a necessidade de um estudo mais aprofundando, que gere um material para dar subsídio teórico para a defesa da agricultura familiar frente aos problemas fundiários e ambientais que as famílias da região vivenciam.

A partir dessa demanda construímos junto ao movimento uma agenda de visitas nas famílias escolhidas pelo MPA, para junto deles construir possíveis problemas de pesquisa usando uma abordagem metodológica participativa. Essa abordagem foi adotada, pois permite uma análise e reflexão coletiva sobre a realidade, os principais aspectos que a determinam e como ela pode ser transformada. Assim, destacamos que em um primeiro momento tentaríamos compreender quais são os principais aspectos que influenciam na utilização da biodiversidade na agricultura.



As diferentes estratégias de consolidação dos sistemas produtivos, muitas vezes são influenciadas pela dinâmica familiar e comunitária, além das relações externas estabelecidas pela família ou do contexto municipal e regional em que estão inseridas (políticas públicas, ações coletivas, instituições públicas e privadas). Quando a permanência das características rurais é ameaçada, como no caso do município de Nova Iguaçu, esses saberes correm sérios riscos de serem perdidos.

Como uma primeira aproximação junto às famílias, conhecemos a trajetória de vida de cada uma delas, destacando momentos importantes que fizeram com que elas chegassem à área onde residem atualmente, além das estratégias que eles adotaram para organizar a produção, com isso também se pode compreender quais são as pessoas que atuam na área, entre outras informações. Usamos ferramentas como o mapa falado e a linha do tempo, permitindo um diálogo mais aberto com as famílias, conseguindo obter informações referentes à trajetória das famílias, bem como as atividades mais marcantes para a manutenção de suas atividades.

O mapa falado consistiu em uma abordagem da compreensão socioecológica da paisagem agrícola. É uma metodologia em que a família desenha sua propriedade de acordo com o que ela enxerga, nos ajudando a compreender os limites, onde se localizam as produções agrícolas e as construções das propriedades, além das relações com outros grupos e/ou instituições externas.

Foram utilizadas perguntas geradoras que auxiliaram na elucidação das informações durante o desdobramento da linha do tempo e o mapa falado. Essas perguntas foram elaboradas tendo como referência alguns indicadores, os quais são descritos a seguir: a) humano; b) social; c) natural; d) infraestrutura e e) financeiro. O uso dos indicadores permitiu uma análise da realidade junto às famílias, que em meio à expressão gráfica (linha do tempo e mapa) e as discussões permitiu que pudéssemos compreender como cada um deles está estruturado e influenciando tanto no estabelecimento dos sistemas produtivos, como na manutenção da família nas atividades rurais.

De modo complementar, realizamos o levantamento das variedades utilizadas nos agroecossistemas de cada família a partir de uma caminhada pelas áreas e posteriormente a construção coletiva de uma matriz e pudemos observar a grande variedade de produção agrícola, somando mais de 30 variedades diferentes de vegetais para cada família.



Todas as informações levantadas auxiliaram na compreensão do que limita e o que facilita as práticas agrícolas, considerando o contexto social, econômico e cultural de cada uma das famílias. De modo geral, pudemos perceber que a participação em organizações sociais confere um diferencial para as famílias, permitindo a busca e garantia de direitos, facilidade em processos de aquisição de sementes, comercialização da produção e relações com instituições públicas.

3. Diálogo com os princípios e diretrizes da educação em agroecologia.

A dinâmica de fazer um diálogo com a agricultura familiar em cima dos princípios e diretrizes da educação em agroecologia envolve variadas metodologias diferentes da educação convencional. Dentro da experiência realizada junto às famílias, usamos de forma participativa visando à aproximação e compreensão da realidade, construindo condições para transformá-la, aplicando o método de pesquisa-ação, fazendo assim um espaço com os agricultores de aprendizado e ensino de forma que eles sejam atores da pesquisa.

O método de pesquisa-ação, como o nome já diz, é uma pesquisa acompanhada da ação, é feita com base empírica, de forma participativa. Existem vários conceitos que caracterizam a pesquisa-ação, um deles é o de David Trip (2005), “ele defende que se encare a pesquisa-ação como uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, a qual é sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”.

Quando optamos por esse método de pesquisa, foi pela convicção de que a pesquisa e a ação devem caminhar juntas para uma transformação da realidade. E esse processo se dá a partir de uma análise concreta da realidade, a partir do envolvimento de pesquisadores e da comunidade, na identificação dos problemas e das possíveis soluções capazes de resolvê-los. É uma metodologia capaz de transformar, na medida em que os envolvidos se tornam parte construtiva de todo o processo investigativo.

A pesquisa-ação é um instrumento pedagógico e científico, que busca respostas aos questionamentos que levam aos problemas da pesquisa, e deve ser em sua essência uma pesquisa que



tenha uma intencionalidade e que a participação dos sujeitos envolvidos seja algo essencial para a transformação da realidade.

4. Considerações Finais

Os conflitos urbano-rural e ambiental, devido aos processos de industrialização e metropolização, que pudemos observar durante o trabalho, engendraram múltiplas consequências sobre as relações do campo, resultando em novas dinâmicas (sociais, ambientais, culturais e econômicas) e funcionalidades para esse espaço. Observamos que na região, em função dessas relações conturbadas entre rural, urbano e ambiental, muitas famílias sofrem até hoje uma série de dificuldades para permanecer no campo.

Pode-se destacar que, ao longo do histórico familiar, os diferentes ativos influenciam de modo diferente na organização dos agroecossistemas de cada família. Um dos aspectos mais importantes é a necessidade de regularização fundiária e ambiental. Apesar do último plano diretor de 1997 reconhecer aquele território como rural, muitas famílias ainda são obrigadas a pagar impostos de áreas urbanas, o que se torna inviável economicamente para as famílias, além de dificultar o acesso a políticas públicas rurais. Outro passivo que dificulta a promoção da agricultura são as leis ambientais específicas para áreas de amortecimentos de UC, que vê de forma dicotômica a agricultura familiar e a conservação da biodiversidade. Notamos como a grande variedade da produção agrícola, praticada pelas famílias visitadas, contribui para a manutenção e conservação da biodiversidade local.

A falta de apoio técnico é outro aspecto claro, o que demonstra a fragilidade dos órgãos de ATER, como a EMATER. Uma das agricultoras apontou como um aspecto que dificulta a maior eficiência quanto ao manejo com as plantas e do solo, apesar de ser uma área com bastantes arbóreas frutíferas, pois a condução e a distribuição desse sistema poderiam ser melhoradas. Apesar da falta de acompanhamento individual, as famílias apontam que a EMATER foi importante para viabilizar espaços de formação, na maioria das vezes, coletivos.



A participação em organizações sociais, como as associações, sindicatos e o próprio MPA foi essencial para reivindicação de seus direitos, bem como por propiciar a organização da produção e comercialização, fator de maior relevância nas famílias. Um dos destaques nesse caso é a rede de comercialização que vem sendo construída pelo MPA, que além de entregar produtos no Rio de Janeiro, também vem abrindo frentes para a organização de feiras e diálogo direto com os consumidores. As informações levantadas mostram que apesar da invisibilização da agricultura e das(os) agricultoras(es) no município do Nova Iguaçu, esses estão presentes e contribuindo com a produção de alimentos, tanto para o próprio município, quanto para cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, eles “existem e resistem” em uma realidade que investe muito pouco na permanência da atividade agrícola.

Portanto, mesmo com poucos recursos, esses agricultores vêm tentando aumentar a diversidade dos agroecossistemas, bem como investir em formas de manejo que mantenham a qualidade do alimento e que dialoguem com a conservação dos recursos naturais.

Referências

ALENTEJANO, P.R. *A evolução do espaço agrário Fluminense*. Geografia, ano 7, n13, 2005.

BARBOSA, Geisy Leopoldo. *O Ambientalismo em Nova Iguaçu: políticas públicas e movimentos sociais*. 2008.

JACKSON, L. E., 2012. *Social-ecological and regional adaptation of agrobiodiversity management across a global set of research regions*. Global environmental change. 22, 623–639.

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 1997.

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 2008.

TRIPP, D. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.